

# // A agropecuária no Brasil

A atividade agrária em nosso país ganhou importância, primeiramente, com as grandes *plantations* de cana-de-açúcar introduzidas na região litorânea nordestina. Depois, outras atividades agropecuárias tiveram grande valor econômico e contribuíram para o processo de ocupação e povoamento do território. A expansão da pecuária extensiva de bovinos, entre os séculos XVII e XVIII no interior do sertão nordestino e no extremo sul do país, e o cultivo de café nos estados do Sudeste, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, são exemplos dessas atividades.

A expansão das atividades agropecuárias em nosso país foi favorecida tanto por **fatores de ordem econômica** (por exemplo: a expansão do mercado consumidor interno e o avanço das condições técnicas empregadas no campo) como

por **fatores naturais**, entre eles, as vastas extensões de terras cujo relevo apresenta ondulações suaves, a fertilidade natural de boa parte dos solos, a disponibilidade de recursos hídricos na maior parte do território e o predomínio de climas quentes favoráveis ao desenvolvimento dos cultivos tropicais.

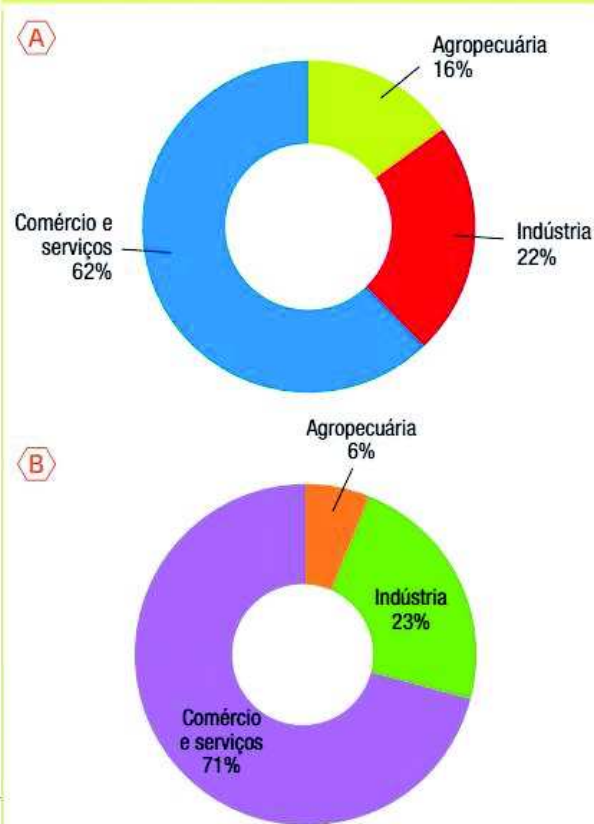
Aproveitando-se dessas vantagens e de fatores como **políticas de crédito e incentivos** ao desenvolvimento agrário, o Brasil alcançou posição de grande produtor agrícola mundial, destacando-se nos dias atuais na produção de soja, café, milho, algodão, cana-de-açúcar, laranja e também na criação de bovinos e aves, entre vários outros gêneros agropecuários.

A importância dessas atividades para o país se traduz em números: elas empregam cerca de 16% da população economicamente ativa (gráfico A) e respondem por cerca de 6% do PIB brasileiro (gráfico B), embora essa participação chegue a 23% de toda a riqueza produzida internamente, se considerarmos a cadeia produtiva completa do agronegócio.

Fontes: THE WORLD Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators#>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_2014.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2014.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Brasil: PEA e PIB por setores da economia – 2014



Ilustrações: Gilberto Alício

## ► A produção agropecuária brasileira

A produção agrícola brasileira é bastante diversificada, sendo obtida em lavouras temporárias e permanentes. As **lavouras temporárias** são formadas pelos cultivos de curta duração, em geral menos de um ano, que fornecem apenas uma safra, sendo necessário um novo plantio após a colheita, como as lavouras de arroz, feijão, milho, algodão e soja. Já as **lavouras permanentes** são formadas pelos cultivos de longa duração, que produzem durante vários anos consecutivos, a exemplo das lavouras de café, laranja e cacau.

Do total da área ocupada por cultivos agrícolas no país, as lavouras temporárias ocupam 92%, enquanto as lavouras permanentes, apenas 8%. Essas lavouras são cultivadas em propriedades de tamanhos variados, cuja produção pode ser voltada tanto para fins de subsistência quanto para o abastecimento do mercado interno ou externo.



Historicamente, as políticas agrícolas implantadas em nosso país por meio de financiamentos, créditos e subsídios beneficiaram, em especial, os grandes proprietários rurais, priorizando as monoculturas comerciais e de exportação. Nas últimas duas décadas, contudo, ocorreu uma mudança nos rumos dessa política agrícola, e os incentivos se voltaram também para as lavouras destinadas ao abastecimento do mercado interno (arroz, feijão, milho e mandioca), cultivadas, sobretudo, em pequenas e médias propriedades rurais. Com isso, essas lavouras apresentaram significativo aumento da área cultivada e também da produção.

Na **pecuária**, o Brasil se destaca como um dos maiores criadores de animais do mundo. Os principais rebanhos brasileiros são os de bovinos, suínos, ovinos e caprinos. O país também sobressai como o quarto maior produtor mundial de aves, com destaque para as criações de frangos e galinhas. Os dados do último censo agropecuário do país (2006) revelaram que cerca de 44% das propriedades rurais apresentavam algum tipo de criação animal, enquanto a área de pastagens alcançava cerca de 62% da área total ocupada pela agropecuária.

A partir das décadas de 1970 e 1980, impulsionada pela **expansão da fronteira econômica** em direção ao interior do país, a pecuária de corte expandiu-se em direção às regiões Centro-Oeste e Norte, com a formação de grandes áreas de criação de gado bovino. A ampla disponibilidade de terras a preços baixos favoreceu a formação de enormes fazendas voltadas, sobretudo, para a criação extensiva, aquela em que o gado é criado solto nas pastagens, sem receber maiores cuidados, o que resulta em baixos índices de produtividade e rentabilidade.

Já nas regiões economicamente mais dinâmicas, como em certas áreas do Centro-Sul (Triângulo Mineiro, oeste paulista e catarinense, Campanha Gaúcha, sudoeste paranaense), há o predomínio de **criações semiextensivas** de bovinos. Nessa prática, o rebanho é criado em melhores pastagens, recebendo acompanhamento veterinário e vacinação contra doenças, ração balanceada, entre outros cuidados que melhoram as condições de sanidade dos animais. Essas práticas contribuem para melhorar a qualidade e a produtividade dos rebanhos.

Em relação à **pecuária leiteira**, a produtividade do rebanho bovino também é maior nas regiões em que o gado é criado de forma intensiva, com destaque para as bacias leiteiras do centro-norte gaúcho, centro-oeste catarinense, sudoeste e campos gerais paranaenses, centro-sul mineiro. Nas regiões de criação extensiva, porém, a produtividade leiteira, assim como ocorre com a pecuária extensiva de corte, atinge níveis bem mais baixos.

A **suinocultura** e a **avicultura** são atividades que se concentram em pequenas e médias propriedades rurais, em áreas de maior concentração de frigoríficos, com destaque para o centro-oeste de Santa Catarina, onde as criações abastecem essas empresas. Observe a tabela ao lado.

**Brasil: principais gêneros agropecuários – 2014**

Gênero agrícola	Produção anual (mil toneladas)	% da produção mundial	Posição do Brasil em nível mundial
Café	2 804	31	1º produtor
Cana-de-açúcar	737 155	39	1º produtor
Laranja	16 927	24	1º produtor
Soja	86 760	31	1º produtor
Criação	Número de cabeças (em milhões)	% da produção mundial	Posição do Brasil em nível mundial
Aves	1 331,0	6	4º produtor
Bovinos	212,3	14	1º produtor
Suínos	37,9	4	3º produtor

Fontes: FOOD and Agriculture Organization (FAO). Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/download/q/qc/e>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam\\_2014\\_v41\\_br.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2014_v41_br.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2015.

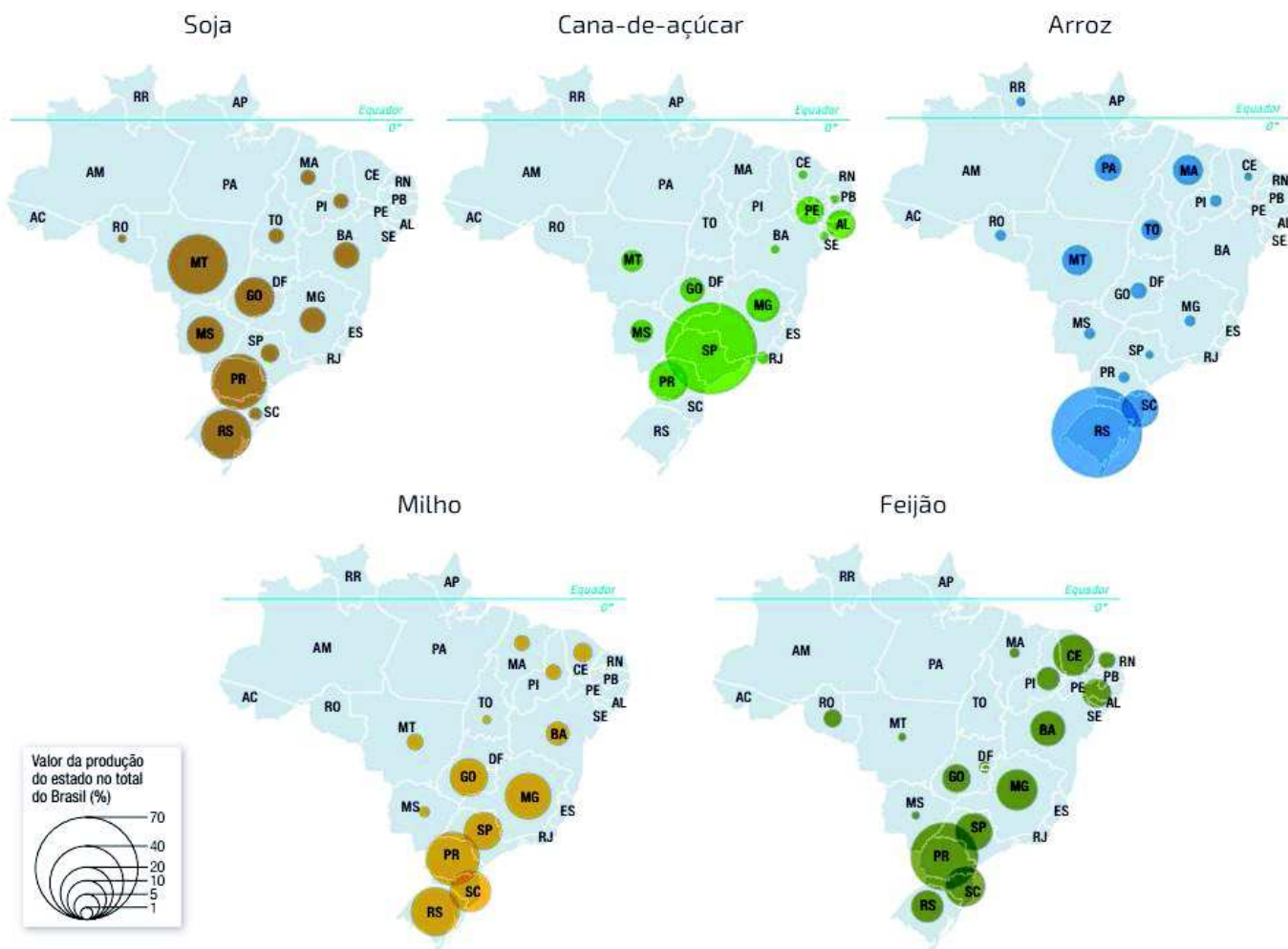
INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <[www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/84/ppm\\_2014\\_v42\\_br.pdf](http://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/84/ppm_2014_v42_br.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2015.



Os mapas apresentados a seguir mostram a distribuição geográfica da produção agropecuária brasileira.

## Brasil: produção agropecuária

### Produção agrícola – 2012



### Pecuária – 2014\*



A fim de privilegiar a leitura e o efeito visual, os mapas apresentados nesta página não seguem o mesmo padrão cartográfico adotado no livro. No entanto, a escala, a orientação e a legenda estão representadas corretamente.

Fontes: FERREIRA, Graça Maria Lemos. Atlas geográfico: espaço mundial. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 144. 1 atlas. Escalas variam.

\*INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <[www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/84/ppm\\_2014\\_v42\\_br.pdf](http://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/84/ppm_2014_v42_br.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2015.



Ao analisar a distribuição geográfica da produção agropecuária brasileira, verificamos que vários cultivos e criações se distribuem de maneira desigual pelo território. Observe, por exemplo, que as lavouras de arroz estão concentradas principalmente no Rio Grande do Sul (maior produtor de arroz do país), enquanto as lavouras de café se concentram, sobretudo, nos estados do Sudeste.

Outras lavouras, no entanto, são cultivadas de maneira mais difusa, espalhadas pelo território, como ocorre com o feijão e o milho, gêneros cultivados em vários estados e regiões do país. A mesma coisa se verifica com a pecuária, com os bovinos espalhados por quase todos os estados, e a criação de suínos, com produções maiores concentradas no Sul e em alguns outros estados.

Observe ao lado o mapa do uso do solo brasileiro.

- Observe atentamente o mapa ao lado e identifique:
- as regiões do país que apresentam maior grau de modernização do campo;
  - as regiões dominadas pela pequena agricultura comercial e de subsistência;
  - o que mais caracteriza o uso do solo na região Norte do país.

Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. Atlas geográfico: espaço mundial. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 143. 1 atlas. Escalas variam.

#### Brasil: produção agrícola



Colheita de lavoura de arroz no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 2013.



Produção de café sendo espalhada para secar em fazenda no município de Conceição da Aparecida, Minas Gerais, em 2014.



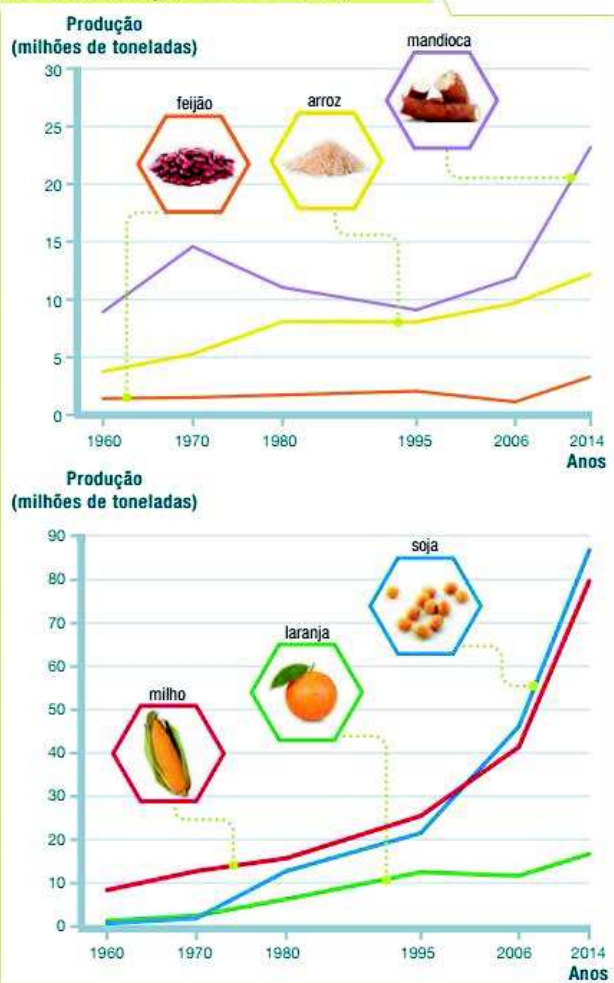
# A modernização do campo brasileiro

A crescente safra alcançada pela agropecuária brasileira se apoia no incremento da produção agrícola, impulsionada pelo **processo de modernização**, que, ao longo das últimas décadas, vem provocando mudanças significativas no espaço agrário do nosso país.

Ao discorrer sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, é preciso considerar a existência de opiniões distintas e até divergentes sobre o tema. Alguns autores consideram como processo de modernização da agricultura apenas as modificações de base técnica, o que nesse caso significa a utilização intensiva de máquinas (tratores, colheitadeiras e outros implementos) e insumos agrícolas (adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas etc.). Nesse sentido, a modernização agrícola pode ser considerada sinônimo de **mecanização** ou **tecnificação** do campo.

Outros estudiosos, porém, sustentam que o processo de modernização do campo não pode ser analisado apenas pelo viés dos avanços técnicos. Eles se apoiam no fato de que, mesmo nas regiões em que as técnicas de produção foram modernizadas, ainda persistem problemas que não condizem com a modernização do campo, como a baixa produtividade, a existência de trabalho não assalariado (parceiros, arrendatários, posseiros), o subemprego em atividades não agrícolas e a pobreza no campo.

## Brasil: culturas alimentares e de exportação (1960-2014)



Independentemente do ponto de vista adotado, é certo que o processo de modernização da agricultura brasileira começa por volta da década de 1950, com a importação de máquinas e insumos agrícolas, tornando-se mais efetiva na década seguinte, quando se instala no nosso país um setor industrial (com empresas nacionais e estrangeiras) especializado na produção dos **equipamentos e insumos** necessários.

A partir dessa época, com o intuito de acelerar o avanço da mecanização no campo, o Estado passa a conceder linhas de créditos e financiamentos bancários, o chamado **crédito rural**, de forma que os produtores rurais pudessem investir na modernização de suas propriedades. Esse apoio, entretanto, privilegiou quase exclusivamente os grandes proprietários rurais para que produzissem gêneros agrícolas de maior valor no mercado externo, as chamadas *commodities*, como café, laranja, soja e milho (gráficos ao lado).

A estratégia do Estado se voltou, portanto, para a obtenção de grandes safras agrícolas, a fim de ampliar as exportações e obter superávits (saldos positivos na balança comercial), gerando divisas para promover o pagamento da dívida externa do país adquirida com empréstimos contraídos no exterior.

Fonte: INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 16 nov. 2015.



## As relações de trabalho no campo

O processo de modernização agrária e o avanço da produção tecnificada, além de reduzirem o número de mão de obra no campo em virtude do aumento de maquinários, também provocaram grandes mudanças nas **relações de trabalho** no meio rural. Com a chegada das máquinas, muitos trabalhadores rurais foram “expulsos” do campo, formando uma imensa massa de pessoas que se deslocaram para os centros urbanos ou para as regiões de fronteira agrícola. Muitos desses trabalhadores que foram para as cidades se tornaram **trabalhadores volantes** assalariados, conhecidos popularmente como boias-frias nos estados do Centro-Sul do país.

O avanço do trabalho assalariado no campo decorreu do próprio processo de expansão das relações de produção capitalista no meio rural. Ao serem obrigados a vender a sua força de trabalho em troca de um pagamento ou remuneração, os trabalhadores rurais assalariados se tornaram subordinados aos interesses dos proprietários das terras, que detêm os meios de produção e os exploram, se apropriando dos lucros gerados por aquilo que o trabalhador produziu (leia o texto abaixo).

[...]

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção [a terra, no caso do espaço rural], ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho.

[...]

Assim, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção. É por isso que a relação social capitalista é uma relação baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato. Um contrato de compra e venda da força de trabalho. [...]

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH, 2007. p. 36.



A exploração dessa mão de obra pode ter caráter permanente ou temporário. No trabalho temporário, a mão de obra é contratada em determinados períodos do ano (em geral na colheita das safras, como cana-de-açúcar, laranja, café, algodão, batata), nos quais recebe o pagamento por produtividade (quantidade colhida) ou por dia de trabalho.

Ao lado, colheita de mandioca em Paranavaí, Paraná, em 2015.



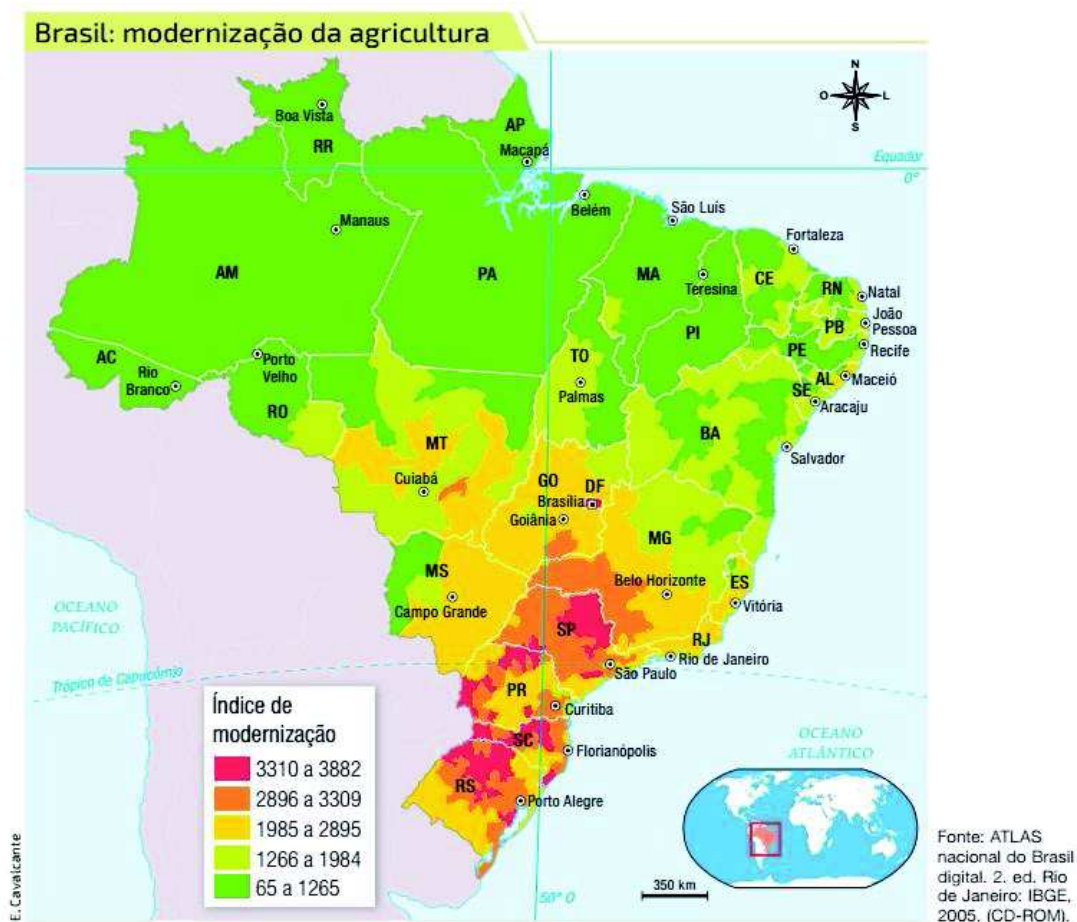
Além do trabalho assalariado, outras relações de trabalho também estão presentes no espaço rural brasileiro. O sistema de **arrendamento**, por exemplo, consiste num contrato de aluguel da terra, no qual o proprietário cede ao arrendatário o direito de uso do solo por um tempo determinado e com o pagamento de uma quantia fixa em dinheiro ou parte da produção obtida.

No sistema de **parceria**, por sua vez, não existe uma quantia fixa a ser paga; nesse caso, os custos e os lucros da produção são divididos entre o proprietário e o parceiro na proporção estabelecida previamente em contrato. Em relação à propriedade da terra, existe o caso de **posseiros**, agricultores que ocupam ou tomam posse de terras ociosas ou devolutas (públicas), e também de **grileiros**, que tentam adquirir lotes de terras por meio da falsificação de documentos de titularidade delas.

**Grileiro:** esse termo vem da técnica utilizada para essa prática, que consiste em colocar escrituras de propriedades falsas em caixas com grilos, de modo que os documentos fiquem amarelados pelos excrementos desses insetos e roídos, dando a eles uma aparência mais envelhecida e supostamente verdadeira.

## ► Uma modernização desigual

Se o processo de modernização das técnicas agrícolas privilegiou os grandes proprietários rurais, esse processo também se deu de maneira bastante desigual no espaço rural brasileiro. Analise o mapa a seguir e verifique como o índice de modernização do campo é bastante desigual entre as regiões do país. Identifique quais são as áreas rurais mais avançadas e mais atrasadas tecnologicamente. Observe também o índice de modernização do campo no estado em que você mora.



De acordo com o mapa, os maiores índices de modernização do espaço agrário são registrados no **Centro-Sul** do território, impulsionados principalmente pelo avanço da agricultura capitalista comercial, marcada pela expansão das agroindústrias, como usinas de açúcar e álcool, fábricas de óleos vegetais e de sucos concentrados, frigoríficos, laticínios e vinícolas.



O avanço dessas **agroindústrias** acelerou o processo de modernização das atividades agrárias, estabelecendo uma cadeia de produção do campo ao destino dos produtos beneficiados ou industrializados seja no mercado interno, ou no externo. É o caso, por exemplo, da recente expansão das usinas de açúcar e álcool em direção aos estados do Centro-Oeste, que passaram a ocupar áreas até pouco tempo dominadas pela tradicional pecuária extensiva.

Outro fator que contribuiu para o avanço da modernização agrária no Centro-Sul está ligado à expansão das **cooperativas**. Com a falta de apoio financeiro do governo, os pequenos e médios proprietários rurais passaram a se organizar em cooperativas agrícolas, como forma de se tornarem mais competitivos no mercado. Assim organizados, os agricultores conseguem melhores preços e formas de pagamento para a compra de maquinários e insumos, condições favoráveis na comercialização das safras, assistência técnica e créditos especiais (financiamentos) para a modernização de suas propriedades.

Além das cooperativas, muitas propriedades rurais também se tecnificaram com a chamada **integração vertical**, sistema caracterizado pela parceria entre pequenos e médios pecuaristas e a agroindústria, sobretudo frigoríficos. Por meio desse sistema, amplamente difundido nos estados do Paraná e de Santa Catarina, as empresas frigoríficas ficam encarregadas de fornecer os animais, além de rações, medicamentos e assistência técnica veterinária, assegurando a compra total da produção, enquanto os produtores rurais ficam responsáveis pela criação dos animais (frangos e suínos), garantindo a saúde e a qualidade deles até que atinjam o peso ideal de abate.

É preciso salientar, porém, que o avanço da modernização não se dá de maneira homogênea no território, e que por isso, mesmo nessa região, coexistem no espaço agrário propriedades modernas e propriedades que ainda empregam técnicas tradicionais (veja imagens ao lado).

Embora os índices de modernização do campo sejam mais elevados no Centro-Sul, a moderna agricultura comercial também vem avançando em outras regiões do país. No oeste da Bahia, assim como no sul do Maranhão e do Piauí, por exemplo, extensas áreas de cerrados vêm sendo ocupadas por grandes lavouras mecanizadas, sobretudo de soja. No vale do rio São Francisco, nas proximidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), a irrigação está transformando áreas de sertão em modernos “oásis” agrícolas, destinados à produção de frutas (melão, uva, goiaba, maracujá, manga) para o abastecimento dos mercados interno e externo.

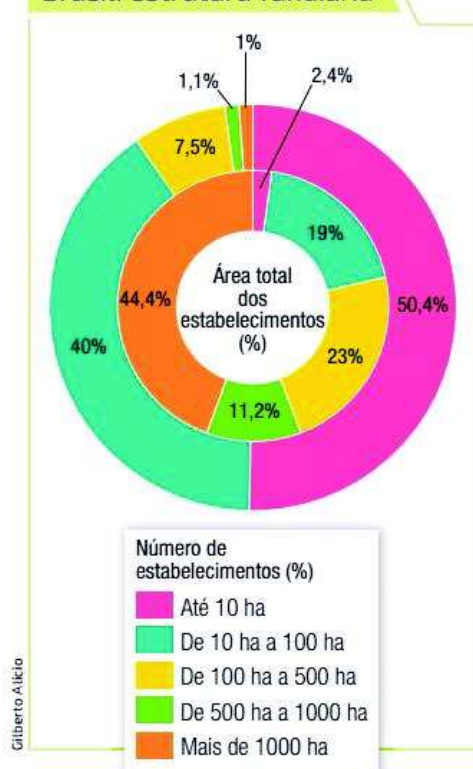


Na fotografia A, produção agrícola tradicional de cana-de-açúcar, em Teresina, no Piauí, em 2015. Na fotografia B, produção agrícola moderna em Chapadão do Sul, em Mato Grosso do Sul, em 2014.



# A concentração de terras no Brasil

## Brasil: estrutura fundiária



Fonte: INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br/censos/censo\_agropecuário\_2006/censo\_agropecuário\_2006.zip>. Acesso em: 17 ago. 2015.

- O gráfico ao lado apresenta outra característica marcante do espaço agrário brasileiro: a concentração das terras nas mãos de uma parcela muito restrita de grandes proprietários.
- A leitura desse gráfico revela que cerca de 1% das grandes propriedades rurais, chamadas latifúndios (estabelecimentos rurais com mais de mil hectares), ocupam aproximadamente 45% da área total de estabelecimentos rurais do país. Enquanto isso, os minifúndios (estabelecimentos rurais com até 10 hectares), embora correspondam à metade do número de estabelecimentos rurais, ocupam pouco mais de 2% do total de terras. Observe e compare.

## A formação dos latifúndios como modelo de exploração agrária

Essa distribuição tão desigual das terras que caracteriza o espaço agrário brasileiro tem origem histórica e remonta ao início do período do Brasil colonial, com a criação das capitânias hereditárias. Coube aos capitães-donatários a tarefa de promover a distribuição dessas terras em grandes propriedades, as chamadas sesmarias, criadas para estimular a colonização e a exploração econômica dessas terras, para assegurar a posse do território colonial. Como o processo de ocupação e exploração econômica do território se deu calcado na formação das grandes *plantations* de cana-de-açúcar, a origem da estrutura fundiária ficou muito concentrada, com as terras nas mãos de poucas pessoas.

**Capitão-donatário:** indivíduo que herdava ou recebia do Rei a posse da Capitania Hereditária.

**Sesmarias:** terras devolutas, pertencentes à Coroa portuguesa, que eram doadas a pessoas de confiança da Coroa para a produção agrícola. Cabia ao beneficiário a obrigação de iniciar o cultivo num prazo de até três anos. Caso não o cumprisse, estaria sob pena de revogação da doação e de pagar a sesma (origem do nome sesmaria), ou seja, um sexto do que viesse a ser produzido nessas terras, para a Coroa.

Com a **Lei de Terras de 1850**, a doação de terras se torna proibida; a partir daí, a única maneira de se adquirir a posse de qualquer propriedade rural somente será possível por meio de sua compra. Isso foi muito vantajoso para os grandes fazendeiros que já dispunham de extensas propriedades, mas tornou o acesso à terra mais difícil para aqueles que não a tinham. Analisada no contexto de seu tempo, essa lei defendeu os interesses do latifúndio, visto que o fim da escravidão, que já se vislumbrava como certa, e a chegada da mão de obra assalariada dos imigrantes poderiam ameaçar o *status quo* vigente. De fato, isso assinalou o predomínio dos grandes proprietários de terra na vida econômica e política do país até o século seguinte, quando entra em cena a elite industrial (assunto estudado na unidade 7).

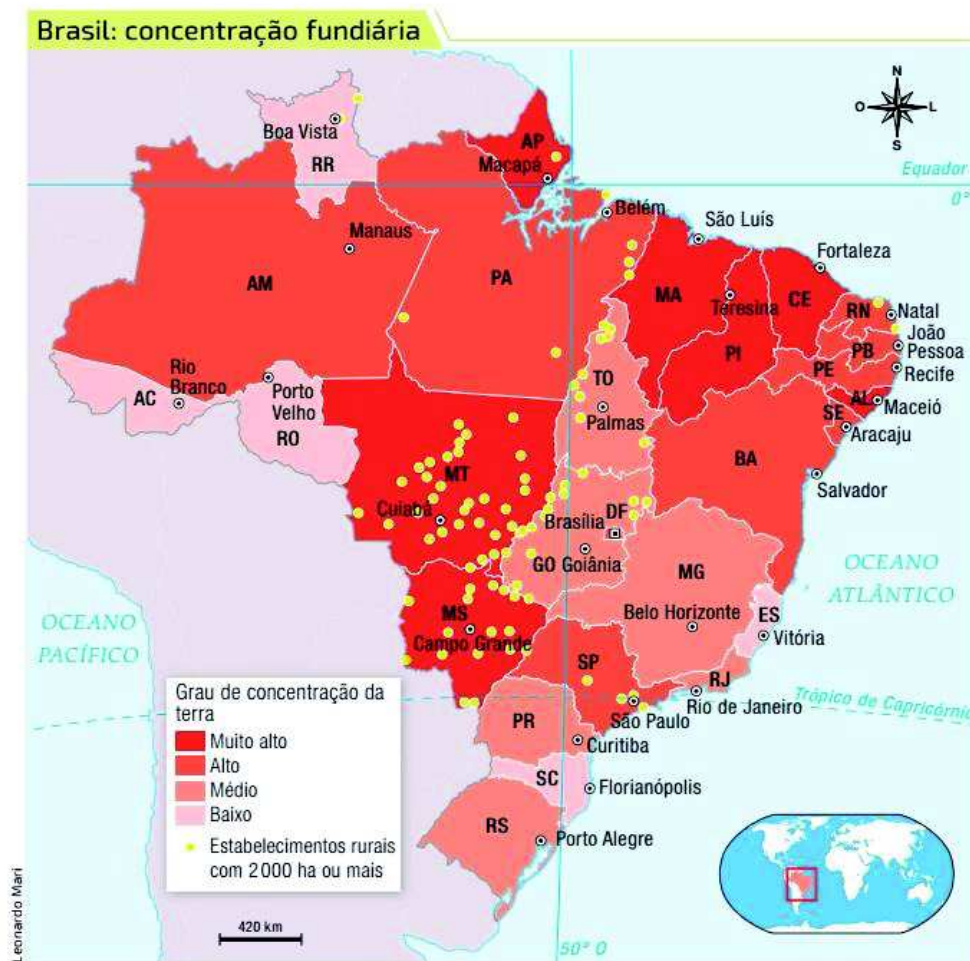
## Políticas agrícolas, latifúndios e monoculturas

Se razões históricas explicam as raízes da concentração de terra em nosso país, essa estrutura fundiária tão desigual também está ligada às transformações ocorridas com o avanço da modernização no campo ao longo das últimas décadas, como já foi abordado. Para promover o avanço desse processo de modernização, a **política agrícola** privilegiou, financeira e tecnicamente, as grandes monoculturas de exportação. Sem o apoio necessário, os pequenos proprietários rurais passaram a enfrentar muitas dificuldades para se manter em suas propriedades, e muitos deles foram obrigados a vender suas terras para pagar dívidas contraídas com bancos.



Assim, muitos dos pequenos agricultores foram expropriados de suas terras, ou seja, perderam suas propriedades, o que contribuiu ainda mais para o aumento da concentração das terras nas mãos de uma elite agrária formada por grandes latifundiários. Expropriados de suas terras ou expulsos pela mecanização, que substituiu grande parte da mão de obra utilizada no meio agrário, milhares de famílias de pequenos agricultores se viram obrigadas a deixar o campo e migrar para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida. Vivendo principalmente na periferia das cidades, esses migrantes serviram aos interesses dos latifundiários como mão de obra temporária e mal remunerada, os chamados trabalhadores rurais volantes ou boias-frias.

- Identifique no mapa o grau de concentração de terra entre os estados brasileiros. O que se pode concluir ao se comparar essa concentração entre o Sul e o Sudeste e as demais regiões do país?



A excessiva concentração fundiária que ocorre no espaço agrário brasileiro revela a existência de um grande paradoxo: embora o Brasil seja um dos países com maior disponibilidade de terras agricultáveis do mundo, milhares de camponeses que vivem em diferentes regiões do país não possuem propriedade para plantar e produzir para o sustento de sua família. Essa concentração fundiária, no entanto, ocorre de maneira heterogênea, sendo mais elevada em alguns estados do que em outros. Veja mapa ao lado.

### Brasil e outros países da América: índice de Gini da propriedade da terra

País	Ano	Gini	País	Ano	Gini
Brasil	2006	0,854	Uruguai	2000	0,790
Estados Unidos	2002	0,780	Colômbia	1990	0,774
Canadá	1991	0,640	Paraguai	1990	0,930
Argentina	2002	0,850	Bolívia	1989	0,768

Fonte: DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE). Disponível em: <www.dieese.org.br/anuario/anuario rural/anuario rural10-11.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

O nível de concentração fundiária em um país pode ser medido pelo índice de Gini, coeficiente utilizado como medida de desigualdade. O índice varia entre 0 (zero) e 1 (um); com índice mais próximo de zero, menor será a desigualdade; com índice mais próximo de 1, maior ela será. Na análise da estrutura fundiária, esse índice revela os níveis de concentração das terras de um país.



● **Questão da terra e conflitos no campo**

A intensa concentração fundiária que caracteriza o espaço agrário brasileiro tem gerado um estado de tensão permanente no campo, levando à eclosão de inúmeros conflitos pela posse da terra entre trabalhadores rurais sem-terra e fazendeiros. Tendo como marca a violência e o grande número de mortes decorrentes da luta pela terra, os conflitos sociais no campo brasileiro têm ocorrido em quase todas as regiões do país. No entanto, existe certa concentração territorial desses conflitos. Veja o mapa abaixo.



A partir da década de 1960, concomitantemente ao processo de aumento da concentração fundiária no país, esses conflitos se acirraram com o fortalecimento de movimentos sociais de trabalhadores rurais que, organizados em ligas camponesas, entidades de classe, sindicatos de trabalhadores rurais ou mesmo representados por partidos políticos de esquerda e determinados setores da igreja católica, passaram a lutar em defesa de uma ampla reforma agrária no país.

Ao defender a reforma agrária, o objetivo desses movimentos é uma distribuição mais justa e igualitária das terras, que diminua a intensa concentração fundiária que persiste historicamente no nosso país.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), somente em 2014 cerca de 600 mil pessoas estiveram envolvidas pela disputa de cerca de oito milhões de hectares de terras, boa parte delas improdutivo.

## Reforma agrária no Brasil

A ideia da realização de uma ampla reforma agrária vem se arrastando desde a época em que o Brasil foi governado por militares (1964-1985), momento em que não passou do plano das intenções. Embora aprovada na nova Constituição Federal de 1988, a ideia de que a terra possui uma função social, devendo ser utilizada para a produção de alimentos e de matérias-primas, gerando renda e emprego aos trabalhadores do campo, a concretização de uma efetiva e abrangente reforma agrária ainda caminha a passos lentos.

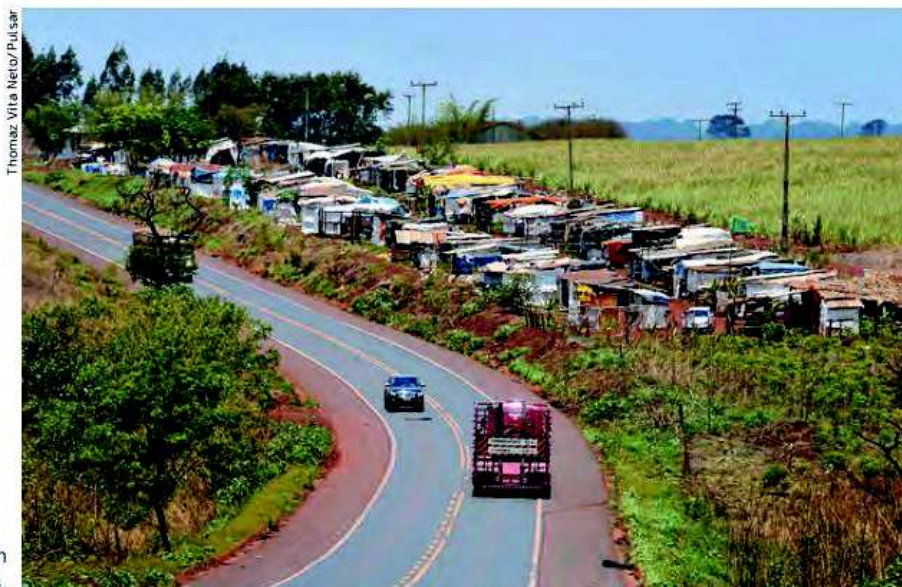
A dificuldade em promover a reforma agrária encontra-se principalmente na grande resistência exercida pela bancada ruralista, formada por deputados e senadores que defendem os interesses dos grandes latifundiários, se opondo e criando obstáculos para que essa reforma ocorra. Além disso, mesmo com a existência de leis que regulamentam os processos de desapropriação de terras, os grandes latifundiários e ruralistas conseguem impedir a desapropriação de suas terras por meio de processos judiciais que se arrastam por décadas nos tribunais, em ações que contestam os laudos de desapropriação, bem como o valor das indenizações.



Tal situação, portanto, tem contribuído para a manutenção das tensões e dos conflitos sociais que afetam o campo brasileiro. Engajados em movimentos sociais organizados, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), milhares de famílias continuam lutando por uma distribuição mais justa das terras e pelos inúmeros benefícios que uma reforma agrária pode promover, entre eles: a diminuição das tensões no campo; o aumento da produção de alimentos em pequenas e médias propriedades, bem como a diminuição dos seus preços pelo aumento da oferta; a geração de mais empregos no campo e fixação de um número maior de pessoas no meio rural.

Sem uma ampla reforma agrária, portanto, a realidade do campo brasileiro continua marcada pela existência de uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, pelo empobrecimento dos camponeses, pelo aumento do número de famílias que vivem em acampamentos à beira de estradas ou terras ocupadas, na sua luta por um pedaço de terra.

Acampamento dos sem-terra em Maurilândia, em Goiás, em 2014.



### É necessário refletir sobre a reforma agrária

A questão da reforma agrária no Brasil é um assunto polêmico. Leia o que diz o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, um importante estudioso das questões do campo no Brasil, quando questionado sobre a necessidade de uma reforma agrária no campo brasileiro.

[...] A Constituição Brasileira é clara, límpida. A propriedade privada à terra está subordinada a sua função social. Isto quer dizer o seguinte: a propriedade privada da terra não é uma propriedade como outra qualquer. Quando uma pessoa tem um automóvel, pode deixá-lo na garagem da sua casa apodrecendo e ninguém poderá falar nada. É um direito dele, que tem o direito absoluto sobre aquela propriedade. Evidentemente, desde que não esteja atrapalhando terceiros. Com relação à propriedade privada da terra não, pois não é uma propriedade absoluta. Ou seja, está submetida ao seu uso produtivo e ao fato de essa produção seja feita respeitando as leis trabalhistas e as leis ambientais, e não se produza produtos interessando os tóxicos que estão definidos na Constituição como situação em que a propriedade não cumpriria a sua função social.

Nós temos no Brasil hoje, do ponto de vista das grandes propriedades, 120 milhões de hectares de grandes propriedades, as quais, no cadastro do Incra, já estão identificadas como improdutivas, ou seja, que não cumprem a sua função social. Qual é a obrigação constitucional do Incra?

Desapropriá-las e destiná-las à reforma agrária, para que cumpram sua função social.

Ao mesmo tempo, há, no Brasil, cerca de 250 milhões de hectares de terras apropriadas indevidamente. [...] A função do Estado é fazer com que o preceito constitucional da função social da propriedade privada da terra seja cumprido. É evidente que é função do estado promover a redistribuição dessas terras através de programas de reforma agrária.

[...]

INSTITUTO Humanitas Unisinos. Questão fundiária ainda não está resolvida. Carta Capital, São Paulo, 10 jan. 2011. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/politica/15-das-terras-no-brasil-sao-de-pessoas-sem-documentos-entrevista-com-ariovaldo-umbelino/](http://www.cartacapital.com.br/politica/15-das-terras-no-brasil-sao-de-pessoas-sem-documentos-entrevista-com-ariovaldo-umbelino/)>. Acesso em: 5 nov. 2015.

- De acordo com o texto, o que significa dizer que a terra possui uma função social? Analisada a partir da perspectiva de que a terra possui função social, exponha seu ponto de vista sobre a necessidade de uma ampla reforma agrária em nosso país.